



## TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO CEARÁ

### ESTUDOS TÉCNICOS PRELIMINARES - ETP

LEI Nº 14.133/2021 – Art. 72, I

#### 1. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE NA PERSPECTIVA DO INTERESSE PÚBLICO

Conforme recomendação nacional no âmbito das ouvidorias judiciais e COJE, considerando-se a necessidade do serviço, solicito autorização para inscrição da servidora Ligia Vieira de Sá e Lopes, matrícula 70744, no curso online de Capacitação e Certificação em Ouvidoria pela Associação Brasileira de Ouvidores/Ombudsman – ABO Nacional

#### 2. PREVISÃO NO PLANO ANUAL DE CONTRATAÇÕES

Não se aplica\*

\*O Plano Diretor de Desenvolvimento de Competências (PDDC) está em fase de elaboração, a partir das lacunas de competências apontadas pelo Ciclo da Gestão Por Competências (GPC) realizada no final de 2023.

#### 3. REQUISITOS E QUANTIDADE (INDICAR AS ESPECIFICAÇÕES/ CARACTERÍSTICAS DO OBJETO A SER CONTRATADO)

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE
1	142º Curso Online de Capacitação e 131º de Certificação em Ouvidoria/Ombudsman	Vaga	01

##### 3.1. JUSTIFICATIVA DA QUANTIDADE A SER ADQUIRIDAS

A necessidade da contratação decorre das atribuições desta Ouvidoria em face da Lei nº 13.460/2017, visando capacitação e certificação do servidor que faz parte da equipe técnica da OUVIR, em curso por profissionais especializados e com renome nacional, como é o caso da Associação Brasileira de Ouvidores/Ombudsman, que tem reconhecida capacidade técnica, atuação exclusiva e é especializada na área de ouvidoria, além de ser representante nacional de ouvidores e ombudsman, contando com rol de renomados palestrantes, todos de notável conhecimento técnico. Tal capacitação e certificação, em curso pela Associação Brasileira de Ouvidores/Ombudsman, decorre da necessidade do serviço, em especial da atuação de servidores qualificados para o adequado atendimento aos usuários conforme a Lei nº 13.460/2017 e da mais recente LGPD, bem como em atenção à recomendação do Colégio de Ouvidores da Justiça Eleitoral (COJE) de certificação de todos os servidores lotados nas unidades de ouvidorias eleitorais. Além disso, a necessidade de contratação se deve tanto pela questão de capacitação do servidor lotado na OUVIR em curso de certificação nacional, quanto em relação ao alinhamento estratégico deste Tribunal no tocante à: I) Perspectiva da Sociedade: Garantia dos Direitos Fundamentais; II) Perspectiva da Sociedade: Fortalecimento da Relação Institucional do Poder Judiciário com a Sociedade; III) Perspectiva Processos Internos: Aperfeiçoamento da Gestão Administrativa e da Governança Judiciária. Por fim, reitera-se a qualidade do evento e a relevância dos temas para a qualificação técnica e certificação da servidora. A participação no curso trará mais conhecimentos e habilidades para a servidora indicada pelo MM. Juiz Ouvidor, que permitirá o desenvolvimento de ações e estratégias com maior qualificação técnica.

##### 3.2. INFORMAÇÕES DA ÚLTIMA AQUISIÇÃO (SIMILAR)

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE	DATA	Nº PROCESSO	VALOR UNITÁRIO
1	CONTRATAÇÃO DO 138º Curso Online de Capacitação e 127º de Certificação em Ouvidoria/ Ombudsman	Vaga	01	03/10/2022	SEI Nº 2022.0.000003366-0	R\$ 3.928,00

#### 4. LEVANTAMENTO DE MERCADO

Não se aplica

#### 5. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

Conforme informado no site da contratante o valor estimado do 142º Curso Online de Capacitação e 131º de Certificação em Ouvidoria/ Ombudsman, se encontra com o investimento de R\$ 1.964,00.

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	PREÇO MÉDIO	VALOR TOTAL
1	142º Curso Online de Capacitação e 131º de Certificação em Ouvidoria/ Ombudsman	Vaga	01	Não se aplica	R\$ 1.964,00
<b>TOTAL</b>					<b>R\$ 21.053,00</b>

#### 6. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO, QUANDO FOR O CASO (INDICAR SE HAVERÁ MANUTENÇÃO E ASSISTÊNCIA TÉCNICA)

Não se aplica

#### 7. JUSTIFICATIVA PARA O PARCELAMENTO

Não há necessidade de parcelamento. Conforme arts 40, V, "b" e 47, II, da Lei 14.133/2021, as licitações de serviços e compras devem atender ao princípios: do parcelamento quando for tecnicamente viável e economicamente vantajoso.

#### 8. RESULTADOS PRETENDIDOS (ECONOMICIDADE E MELHOR APROVEITAMENTO DE RECURSOS HUMANOS/MATERIAIS/FINANCEIROS)

O objeto deste Estudo Técnico Preliminar visa a a capacitação da servidora lotado na OUVIR em curso de certificação nacional, quanto em relação ao alinhamento estratégico deste Tribunal no tocante à: I) Perspectiva da Sociedade: Garantia dos Direitos Fundamentais; II) Perspectiva da Sociedade: Fortalecimento da Relação Institucional do Poder Judiciário com a Sociedade; III) Perspectiva Processos Internos: Aperfeiçoamento da Gestão Administrativa e da Governança Judiciária.

#### 9. PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS PELA ADMINISTRAÇÃO PREVIAMENTE À CELEBRAÇÃO DOS CONTRATOS, QUANDO FOR O CASO.

Não se aplica.

#### 10. CONTRATAÇÕES CORRELATAS, SE HOUVER.

Não se aplica.

## 11. DESCREVER IMPACTOS AMBIENTAIS E MEDIDAS MITIGADORAS (baixo consumo de energia e outros recursos, logística reversa, reciclagem de bens e refugos)

Não se aplica.

## 12. CONCLUSÃO ACERCA DA ADEQUAÇÃO DA CONTRATAÇÃO PARA O ATENDIMENTO DA NECESSIDADE

Pela necessidade apresentada na COMUNICAÇÃO INTERNA 4 (0159605), busca-se suprir a demanda apresentada para não gerar prejuízo à administração em seu atendimento às demandas recebidas quando referentes ao tema.

## 13. ANÁLISE DE RISCOS

<b>Objeto</b>	142º Curso Online de Capacitação e 131º de Certificação em Ouvidoria/Ombudsman	
<b>Fase da Análise</b>	Planejamento da contratação e Seleção do fornecedor	
	Risco 1 – Não fazer a Contratação	
<b>Probabilidade</b>	(x) Baixa ( ) Média Alta ( )	
<b>Impacto</b>	( ) Baixo ( ) Médio Alto ( X )	
<b>Dano</b>	Servidora sem conhecimento das atribuições da unidade, bem como em relação ao alinhamento estratégico deste Tribunal	
<b>Estratégia para eliminar ou minimizar a ocorrência do risco</b>		
<b>Ações</b>	Providenciar o Termo de Referência para propiciar a contratação	Responsável: Waldemir Higino Farias Paz
<b>Estratégia de contingência caso o risco se concretize</b>		
<b>Ações</b>	Repetir o procedimento de inexigibilidade de licitação, sanando as irregularidades da contratação.	Responsável: Francisco Ednardo Carneiro de Almeida

## 13. FISCALIZAÇÃO (DECRETO Nº 11.246/2022)

<b>Fiscal(is) Técnico(s)</b>	WALDEMIR HIGINO FARIAS PAZ
------------------------------	----------------------------

<b>Fiscal(is) Setorial(is)</b>	FRANCISCO EDNARDO CARNEIRO DE ALMEIDA
<b>Fiscal(is) Administrativo(s)</b>	WALDEMIR HIGINO FARIAS PAZ e ANNE EMILLY CINTRA MARQUES

WALDEMIR HIGINO FARIAS PAZ  
ASSESSOR-CHEFE DA OUVIDORIA  
Matrícula: 13603



Documento assinado eletronicamente por **WALDEMIR HIGINO FARIAS PAZ**, **ASSESSOR**, em 10/02/2023, às 10:07, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 1º, §2º, III, b, da [Lei 11.419/2006](#).



A autenticidade do documento pode ser conferida em [https://sei.tre-ce.jus.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&i\\_d\\_orgao\\_acesso\\_externo=0&cv=0159765&crc=28F18DA8](https://sei.tre-ce.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&i_d_orgao_acesso_externo=0&cv=0159765&crc=28F18DA8), informando, caso não preenchido, o código verificador **0159765** e o código CRC **28F18DA8**.

2023.0.000002513-2

0159765v8